Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

RESENHA

OKOTH, Kevin Ochieng. **África vermelha:** resgatando a política negra revolucionária. Tradução de Heci Regina Candiani. 1.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2025.

REVIEW

OKOTH, Kevin Ochieng. **Red Africa**: reclaiming Revolutionary Black Politics. Tradução de Heci Regina Candiani. 1.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2025.

JOÃO NILO DE SOUZA NOBRE[1]

O livro se trata da tradução para o português da recente obra do pesquisador de teoria política Kevin Ochieng Okoth, lançado originalmente em inglês no ano de 2023, e compõe o sistema de assinatura mensal da editora Boitempo, intitulado armas da crítica. O pesquisador, além de teórico político, é também escritor, membro do editorial e fundador de importantes revistas da esquerda britânica contemporânea. Concentra suas pesquisas no movimentos anticoloniais do século XX.

Nesta obra, Okoth busca mostrar os caminhos que os movimentos de libertação nacional africanos têm tomado, assim como as formas que as próprias narrativas sobre negritude têm articulado na contemporaneidade, para, a partir de suas críticas, traçar uma defesa aos movimentos revolucionários que impulsionaram os processos de independência de vários países do continente africano na segunda metade do século XX.

No capitulo 1, o autor inicia sua argumentação a partir de uma síntese histórica sobre as iniciativas de descolonização que se iniciaram na Indonésia na década de 1950. A conferência de Bandung foi a primeira grande reunião de países de Sul global sem interferência direta do ocidente e que aproximou países da África, Ásia e América Latina, cujos desdobramentos culminaram na criação da OSPAAAL (Organização de Solidariedade entre povos da Ásia, África e América Latina) em Cuba na década

[1] Doutor em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail do autor: nilonobrelobo@gmail.com

seguinte. Para Okoth, tais encontros anticoloniais começaram a surtir efeito em diversos locais. Gana conseguiu sua independência do governo britânico em 1957 e esperava-se que outros países também iniciassem seus processos de libertação do domínio europeu. Nesta época, intensificava-se o movimento do pan-africanismo, iniciando propostas de políticas negras internacionalistas como resultado da atuação política e ativista de diversos pensadores negros de tradição ocidental cuja atuação se iniciou no final do século XIX (Barbosa, 2020).

Contudo, o clima de otimismo não durou. Os EUA, que como sabemos, já estavam financiando golpes militares por toda a América Latina desde a década de 1960, passaram a implementar as políticas neoliberais para todo o Sul global. Além disso, a crise do petróleo do início da década de 1970 atingiu sobremaneira os países que não eram exportadores, que passaram a ficar cada vez mais reféns da política monetária internacional do FMI e do Banco Mundial e, com o intuito de liberar o capital financeiro das restrições impostas pelos regimes democráticos (Harvey, 2008), “os governos ocidentais e as organizações internacionais apoiaram ou ao menos toleraram em todo o Sul global regimes antidemocráticos por natureza” (Okoth, 2025, p. 33).

A partir da atuação do ocidente em disseminar a ideologia neoliberal e do financiamento de golpes militares para a instalação de regimes autoritários no Sul global, Okoth estima que houve um arrefecimento nos movimentos libertários e uma cooptação dos ideais revolucionários que mudaram o foco da mudança econômica e política para uma mudança epistêmica. O autor critica o surgimento dos estudos decoloniais como a expressão da rendição dos ideais revolucionários aos ideais liberais burgueses, restringindo as discussões à academia e afastando-a do mundo social dos trabalhadores e dos movimentos populares.

No capítulo 2, Okoth se dedica a mostrar como os movimentos estudantis foram também sendo alterados ao longo do tempo, criando uma desmobilização política que culmina no que o autor critica como afropessimismo 2.0, definido por Frank Wilderson III e Jared Sexton em grupos de Estudos Africanos e Americanos (Wekker, 2020). Este conceito definiria uma teoria de que a negritude seria caracterizada por uma ausência ontológica que transforma o negro/escravo em um não-ente do mundo moderno, negando-o sua possibilidade de ser. Esta teoria não é

apenas desmobilizante por internalizar este pessimismo, como também traça uma alteridade específica para os negros que os impedem de ter qualquer contato solidário com outros grupos também oprimidos. Se há uma diferença ontológica que caracterizaria a não existência do negro, isso os diferenciaria qualitativamente das outras minorias (asiáticos, latinos, árabes etc) e, neste sentido, não se poderia "falar de nenhuma experiência de opressão sem referência às disparidades ontológicas entre as pessoas negras e não negras" (Okoth, 2025, p. 58).

O autor segue criticando esta perspectiva ao mencionar que além de desmobilizar pelo inculcamento desta diferença ontológica na negritude, o afropessimismo 2.0 também rejeita a ação política com base no pressuposto que: se todos os fundamentos políticos foram criados em uma estrutura de antinegritude, a inserção no fazer político seria sempre distorcida contra a pessoa negra. Tais teorias do desespero ecoam com facilidade fora da academia, pois as estruturas estatais ainda replicam o ideal colonizatório. "A Abolição formal da escravidão e a Reconstrução não levaram à emancipação. Pelo contrário, esses acontecimentos serviram como ponto de 'transição entre modos de servidão e sujeição racial'" (Okoth, 2025, p. 62).

No capítulo 3, Okoth rebate algumas críticas de que o marxismo não serviria como base para o engajamento político do movimento negro devido a alegações de que esta era uma teoria que foi idealizada de dentro dos centros de poder e, portanto, seria também eurocêntrica. O autor defende que mesmo que Marx não tenha definido explicitamente a raça como fator decisivo, isso não quer dizer que o marxismo como método necessariamente precise incorporar esta falha. E cita trabalhos recentes que articulam a teoria marxista com a questão racial, colocando o racismo como princípio norteador da exploração e extermínio de pessoas não brancas. Além disso, Okoth menciona que há duas explicações marxistas padrão para a relação entre o capitalismo inicial e a escravidão: por um lado, há quem defenda que a escravidão fez parte do processo de acumulação primitiva, por outro, há que diga que escravidão não é capitalista, pois o capitalismo se baseia na exploração de mão de obra assalariada livre. Esta segunda explicação, segundo Okoth, é tomada como oficial pelos defensores do afropessimismo 2.0, mas a primeira estabelece análises mais profundas sobre o tráfico transatlântico de pessoas, inclusive relacionando-o com um

possível princípio de organização de produção industrial, uma vez que a aquisição, distribuição e transporte destas pessoas, enquanto mercadorias, se assemelhava ao que hoje entendemos como logística industrial. E se o tráfico de pessoas era realizado para produzir riqueza excedente, não há como dizer que a escravidão não fez parte do capitalismo.

No capítulo 4 o autor discute como surgiram os movimentos artísticos de valorização da cultura negra, mas que, ao mesmo tempo, algumas destas construções horizontalizaram as experiências, tratando tudo prioritariamente a partir da vivência negra nos EUA, desconsiderando que as vivências das populações negras eram diferentes na América Latina e na própria África. Este abuso da diáspora, como chamado pelo autor, configura quase como um orientalismo negro.

Já no capítulo 5, Okoth também critica como os adeptos do afropessimismo 2.0 se apropriam de apenas alguns trechos dos escritos de Fanon, e ignoram o quanto a bibliografia daquele autor também é rica de ideais anticoloniais, baseados em sua própria vivência, considerando que Fanon experimentou na pele o fato de ter se mudado para a França para perceber que nunca seria considerado como um igual no país europeu e que, por isso, passou a atuar nos movimentos anticoloniais africanos.

Após estas considerações históricas, no capítulo 6 Okoth adentra de fato na discussão sobre os diversos movimentos do socialismo africano que proliferaram na guerra fria para sua libertação do domínio europeu. Este socialismo africano pode ser entendido a partir de dois momentos, uma fase mais branda e humanista e uma segunda fase mais radical, com maior aproximação com a teoria marxista. No início, diversos países como Gana, Tanzânia, Guiné, Zâmbia, Senegal e Mali experimentaram seus movimentos de libertação nacional e foram criando e aplicando políticas anticoloniais, entretanto, a partir da década de 1970, muitos destes líderes foram presos, exilados ou assassinados, levando muitos dos países africanos a se inserirem em uma lógica capitalista neocolonial, por ficarem reféns dos ditames do capitalismo especulativo internacional.

A segunda fase do socialismo africano, conforme discutido no capítulo 7 da obra, surgiu a partir de meados da década de 1970, mais associado ao marxismo-leninismo oficial e com um partido de vanguarda que direcionava os esforços para a revolução. Neste momento, países como Burkina Fasso, Congo Brazzaville,

Madagascar, Líbia, Benin e Etiópia, mesmo com alinhamento mais próximo do marxismo, tiveram um caráter mais militarista do que revolucionário em seus movimentos de libertação nacional, sendo que as forças mais radicais desta onda foram aquelas das colônias portuguesas, pois a dependência econômica da metrópole, inclusive como local de emigração de sua própria classe trabalhadora empobrecida, gerou uma reação bem mais forte.

Okoth menciona as tensões entre alguns líderes destes movimentos libertários e alguns setores sociais como o movimento estudantil e como, uma vez alcançada a independência, o poder foi sendo cooptado pelo capital e o socialismo africano não chegou de fato a ser implantado.

No posfácio da obra, o autor narra sobre eventos que ocorreram em 2020, distantes espacialmente, mas que estão intimamente relacionados: a morte de George Floyd pela polícia americana e a atuação da Brigada Especial Antirroubo na Nigéria contra um protesto, resultando no ferimento de 48 pessoas, das quais onze foram mortas e quatro desapareceram. Na Grã-Bretanha e na França, manifestantes derrubaram monumentos que remetiam ao colonialismo. Tais acontecimentos revelavam um problema em comum, mas também uma disparidade: enquanto nos EUA se denunciava o racismo da força policial, os nigerianos se defrontavam com o Estado neocolonial onde os políticos, militares e policiais eram também em sua maioria negros, realçando a institucionalização do racismo a serviço da exploração capitalista e evidenciando a necessidade da retomada dos princípios anticoloniais daquele momento em que a África foi revolucionária.

No geral, trata-se de uma importante obra sobre os desdobramentos dos movimentos de libertação nacional na África durante a segunda metade do século XX. As reflexões do autor sobre o recuo da organização política para as universidades e desmobilização das massas ecoam com os escritos de outros pensadores contemporâneos como Barros (2024). E é interessante notar, nesta perspectiva, como alguns argumentos revelam contradições. As críticas do autor sobre a decolonialidade ser uma capitulação dos movimentos à ideologia liberal, restringindo a atuação política para uma dimensão apenas epistêmica distante da vivência e militância dos trabalhadores, possuem sua coerência de existir, mas como articular um movimento anticolonial sem buscar alterar a mentalidade da população para outros tipos de

vivência? Neste contexto, seria o caso de expandir a decolonialidade para além dos muros da universidade, ou abandoná-la sob o pretexto de rendição aos ideais burgueses e apenas incentivar uma militância de cunho econômico? Isto o autor não deixa claro em sua crítica.

Além disso, apesar da evidente necessidade de se discutir a institucionalização do racismo nas estruturas coloniais e neocoloniais a que estão submetidos praticamente todos os países do Sul global, o autor não chega a apontar medidas práticas para a articulação destes movimentos anticoloniais.

Ainda assim, trata-se de uma obra relevante para discussões atuais sobre neocolonialismo ao revelar muitos impactos do neoliberalismo ao longo do tempo e a sujeição a que estamos expostos enquanto países do Sul global.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Muryatan S. Pan-Africanismo e teoria social: uma herança crítica. **África**, n.31-32, p. 135-155, 2012. Disponível em: https://revistas.usp.br/africa/pt_BR/article/view/115352 Acessado em: 04/09/2026.

BARROS, Douglas. **O que é identitarismo?** 1ª edição, São Paulo, Boitempo, 2024.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 17a. edição, São Paulo, Edições Loyola, 2008.

WEKKER, Gloria. Afropessimism. **European Journal of Women's Studies,** v. 28, n. 1. p. 86-97, 2020. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1350506820971224. Acessado em: 04/09/2026.

Recebido em 21/06/2025.

Aprovado para publicação em 01/10/2026.